



## Entre a disputa política e religiosa: como deputados evangélicos e portais gospels debateram o PL 2630

*Between the political and religious dispute: how evangelical deputies and gospel portals debated 2630 Bill*

Marcela Barba <sup>a,\*</sup> 

Manoela Mayrink <sup>a</sup> 

Aline Vaz <sup>b</sup> 

**RESUMO:** Atentos à crescente ocupação e relevância do segmento religioso evangélico na política (Goldstein 2020; Prandi, Santos, Bonato 2019), bem como nas mídias tradicionais e digitais (Cunha 2019; Martino 2015), esta pesquisa realiza uma análise comparativa sobre a atuação dos deputados evangélicos com mais seguidores no Instagram e os portais de notícias gospels com mais acessos, a fim de verificar suas atuações no que tange à votação do PL2630 - que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A partir de um corpus de 204 publicações (73 notícias e 131 posts), verificamos o que caracteriza a atuação destes sujeitos - que interseccionam mídia, política e religião no cenário nacional - numa pauta que debate medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais e nos serviços de mensagens privadas. Deste modo, com base na análise de conteúdo, consideramos suas posturas em relação ao PL, se a favor ou contrário, bem como se há ênfase a temáticas religiosas entre as críticas a ele direcionadas. Incluímos, ainda, nuvens de palavras para visualizar os termos priorizados pelos portais e deputados. Como resultados, destacamos que os parlamentares são mais enfáticos na oposição ao PL, evidenciando críticas ao governo em meio a acusações de censura. Enquanto isso, os portais incluem alguns pontos favoráveis ao projeto e englobam mais apreensões do âmbito religioso.

**Palavras-chave:** Religião e Política; PL das Fake News; PL da Censura; Portais Evangélicos; Deputados Evangélicos.

**ABSTRACT:** Aware of the growing occupation and relevance of the evangelical religious segment in politics (Goldstein 2020; Prandi, Santos, Bonato 2019), as well as in traditional and digital media (Cunha 2019; Martino 2015), this research performs a comparative analysis on the performance of the evangelical deputies with the most number of followers on Instagram and the most accessed gospel news portals, in order to verify their actions regarding the vote on PL2630 - which establishes the Brazilian Law of Freedom, Responsibility and Transparency on the Internet. From a corpus of 204 publications (73 news and 131 posts), we verified what characterizes the performance of these subjects - who intersect media, politics and religion on the national scene - in an agenda that debates measures to combat the dissemination of false content on networks social media and private messaging services. Thus, based on the content analysis, we consider their positions in relation to the PL, whether in favor or against it, as well as whether there is an emphasis on religious themes among the criticism at it. We also included word clouds to visualize the terms prioritized by the portals and deputies. As a result, we highlight that parliamentarians are more emphatic in opposition to the PL, highlighting criticism of the government amid accusations of censorship. Meanwhile, the portals include some points favorable to the project and encompass more apprehensions of the religious scope.

<sup>a</sup> Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

<sup>b</sup> Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

\* Correspondência para/Correspondence to: Marcela Barba. E-mail: marcelabarba@id.uff.br.

Recebido em/Received: 10/08/2023; Aprovado em/Approved: 17/11/2023.

---

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

**Keywords:** Religion and Politics; Fake News Bill; Censorship Bill; Evangelical Portals; Evangelical Deputies.

## INTRODUÇÃO

“Até a fé será censurada se nós não impedirmos a aprovação do PL da Censura”<sup>1</sup>. Esta alegação divulgada pelo então deputado Deltan Dallagnol conquistou visibilidade por advertir que versículos bíblicos seriam banidos das redes sociais em caso de aprovação do PL 2630 - que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (Brasil 2022). Tal afirmação conquistou também espaço na mídia noticiosa evangélica, a exemplo de publicação veiculada pelo portal Gospel Prime com o título de “PL da censura pode banir versículos da internet, alerta Dallagnol”<sup>2</sup>. Este caso exemplifica uma das formas que se dá o interseccionamento entre mídia, política e religião no Brasil do tempo presente, levando-se uma discussão do campo político ao contexto religioso.

É manifesto que o segmento cristão evangélico<sup>3</sup> apresenta-se em relevância ascendente nas arenas políticas e midiáticas desde a redemocratização (Cunha 2019; Martino 2015; Freston 1993), ostentando programas e canais televisivos próprios, lideranças religiosas com status de *influencers* digitais (Martins, Rivero 2019), assim como sua própria Frente Parlamentar no Congresso Nacional, atualmente composta por 209 deputados e 26 senadores<sup>4</sup>. Deste modo, atentos a este cenário que entrecruza força midiática e política dos evangélicos, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise comparativa sobre a atuação dos 10 deputados evangélicos<sup>5</sup> com mais seguidores no Instagram, bem como dos 5 portais de notícias gospels com mais acessos, a fim de verificar suas atuações no que tange à votação do PL2630, cujo texto cria medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais e nos serviços de mensagens privadas.

Busca-se, assim, verificar se a contrariedade ao PL, como levantada pelo ex-deputado Dallagnol, é comum aos demais deputados evangélicos com elevado alcance nas mídias. Para isso, é feita uma comparação de suas atuações aos portais, a fim de constatar se o político evangélico tem atuação síncrona à mídia noticiosa evangélica. Questiona-se, desta forma: o debate dos parlamentares e da mídia foi uníssono com medo de uma possível censura a versículos bíblicos? Ou estaria enviesado por uma

---

<sup>1</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/p/Crb45yLOOm8/>

<sup>2</sup> Ver em: <https://www.gospelprime.com.br/pl-da-censura-pode-banir-versiculos-da-internet-alerta-dallagnol/>

<sup>3</sup> Note-se que o segmento evangélico possui diversas ramificações, a exemplo do protestantismo histórico e o pentecostalismo – este último ainda com divisões internas, como clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo (Mariano 2008). Esta pesquisa apresenta com mais detalhes o perfil pentecostal, especialmente neopentecostal, por ser o segmento evangélico que assumiu o protagonismo na política nacional. Deste modo, ao falarmos sobre evangélicos, os trazemos num contexto geral, como um termo guarda-chuva que engloba todas as ramificações da religião evangélica, mas com foco nas características pentecostais justamente pelo seu destaque na arena política, inclusive midiática (Silva 2017).

<sup>4</sup> Ver em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>

<sup>5</sup> O entendimento sobre deputados evangélicos se dá a partir da pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER 2022) sobre a identidade religiosa dos deputados e deputadas federais eleitos e dos suplentes que tomaram posse na 57ª Legislatura (2023-2027).

disputa política, dado que parcela dos evangélicos nos últimos pleitos se associaram ao espectro da extrema-direita na política (Rosas 2023), distanciando-os de Lula, atual presidente?

Os conteúdos mapeados para esta análise foram coletados a partir das palavras-chave “PL2630”, “PL das Fake News” e “PL da Censura”, entre os meses de abril e maio de 2023. A partir da coleta destes materiais, totalizando 204 publicações, sendo 73 notícias nos portais e 131 posts no Instagram, é realizada uma análise sistemática de conteúdo (Bauer 2008). Verificamos, assim, suas posturas em relação ao PL, se a favor ou contrário, bem como se as críticas a ele direcionadas enfatizam temáticas religiosas – ou não. Incluímos, ainda, nuvens de palavras para visualizar os termos priorizados pelos portais e deputados nesta discussão sobre o PL 2630.

O presente artigo divide-se em cinco tópicos: o primeiro apresenta um panorama sobre a relevância dos evangélicos na mídia e na política; em seguida introduz-se a discussão do PL 2630 e as disputas no debate sobre ele; segue-se para a descrição do percurso metodológico; a partir disso, realiza-se a exposição e discussão a respeito dos resultados encontrados; enfim as considerações finais.

## PROJEÇÃO EVANGÉLICA NA MÍDIA E NA POLÍTICA

A ascensão evangélica na política, expressiva desde a redemocratização (Freston 1993; Goldstein 2020; Mariano 2014), tem como particularidade o fato de que ocorre simultânea à sua ocupação midiática (Cunha 2019). Assim como há pastores na mídia tradicional televisiva há décadas, a exemplo de RR Soares e Silas Malafaia<sup>6</sup>, com a popularização das redes sociais, tornou-se comum encontrar líderes religiosos com título de *influencers* digitais, a exemplo do pastor Claudio Duarte, com mais de 8 milhões de seguidores no Instagram<sup>7</sup>.

Neste contexto, é importante destacar que o processo de midiatização religiosa no Brasil é mais do que simplesmente utilizar as mídias para disseminar mensagens eclesiais, ele ressignifica “as experiências religiosas e as maneiras como as tradições religiosas lidam com o mundo que não é religioso e/ou não compartilha de sua crença” (Bellotti 2018, p. 14). Desta forma, ocorre um encontro do secular e do sagrado, como o uso de elementos midiáticos em celebrações religiosas (Martino 2015), bem como a presença da religião em meio a programações televisivas tradicionais. Tal fato é visualizado nas elevadas horas de programação religiosa

---

<sup>6</sup> O programa Vitória em Cristo, do Pastor Silas Malafaia, está no ar desde 1982. O programa Show da Fé, do Pastor RR Soares, está no ar desde 1997. São exibidos nos canais Rede TV e Bandeirantes, respectivamente.

<sup>7</sup> Números de julho de 2023. Ver em: <https://www.instagram.com/claودیuarte>

encontradas nas televisões brasileiras, presentes em canais religiosos, como Rede Gospel e Boas Novas<sup>8</sup>, e seculares, como Rede TV e CNT (Ancine 2017).

Além do alcance, os estudos sobre midiatização religiosa abordam a diversificação dos conteúdos entregues aos fiéis, que vão além das pregações e incluem programas de entretenimento, jornais, clipes musicais, debates e entrevistas (Sousa 2021), indicando como o evangélico atual não se enquadra num estereótipo de crente ascético. Ele está inserido na sociedade, na política e na mídia a partir de diferentes atuações.

A midiatização religiosa no Brasil, reitera-se, vai além da disseminação de mensagens religiosas por meio das mídias. Ela envolve a integração entre fiéis e líderes religiosos, ressignificando as experiências religiosas e resultando em ampla presença religiosa na programação midiática. É neste contexto que a presente pesquisa tem como foco observar a atuação dos portais evangélicos<sup>9</sup> com mais acessos, a fim de verificar sua postura frente à pauta do PL 2630, o que detalharemos no próximo capítulo. Antes disso, voltamos nossa atenção às particularidades dos evangélicos na política.

O interseccionamento político-religioso vivenciado no Brasil possui raízes históricas, tendo como protagonista o catolicismo, desde o passado colonial (Hoornaert 1984) até a ascensão evangélica em meados da década de 1980 (Mariano 2008). Note-se que o atual protagonismo evangélico na política não é exclusividade brasileira, uma vez que esta tendência se evidencia em torno da América Latina (Boas 2020; Goldstein 2020; Guadalupe 2019; Mariano, Gerardi 2019). Territórios historicamente católicos, da América do Sul à Central, presenciam a expansão evangélica, por um lado, e a redução católica, por outro (Pew Research Center 2014).

A presença deste grupo religioso se sobressai especialmente por sua presença na Câmara dos Deputados, com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), apresentando crescimento sucessivo, desde a década de 1990 (Rodrigues-Silveira, Cervi 2019). Vale frisar que esta bancada desenrola-se alinhada ao projeto de neocristandade, lançado por um líder da Igreja Assembleia de Deus, em 1986, o qual declarou que “somente os eleitos de Deus devem ocupar os postos-chave da nação” (Siepierski 1997). Logo as principais igrejas evangélicas, especialmente a Assembleia de Deus (AD), a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), aderiram a um modelo corporativo, por meio do qual lançavam candidatos oficiais, formando uma frente religiosa no Congresso (Siepierski 1997).

No que tange às suas atuações na arena pública, elas são marcadas especialmente por bandeiras conservadoras, como as que aparecem em suas justificativas de aproximação da política, sendo o combate à “descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os

---

<sup>8</sup> Além de canais evangélicos na mídia tradicional, há também canais católicos, a exemplo da TV Aparecida e TV Canção Nova.

<sup>9</sup> Entende-se aqui como portais evangélicos aqueles que publicamente se identificam como espaços noticiosos com vertente religiosa cristã evangélica. É o caso dos portais aqui analisados: Pleno News, Fuxico Gospel, Gospel Mais, Guiame e Gospel Prime.

bons costumes, a liberdade religiosa e de culto” (Mariano 2011, p. 251). Tal viés é aproveitado, por exemplo, em contextos político-eleitorais, o que eleva questões do âmbito moral religioso ao debate público. Fato este que se relaciona à chamada religião pública, a qual “significa levar a religião para além de suas fronteiras institucionais e simbólicas, permitindo que o ‘outro-religioso’ e o não religioso interajam na vivência religiosa” (Cunha 2019, p. 8). Há uma troca entre o universo secular e o religioso, podendo acarretar discordâncias ou acordos. A religião pública constitui-se, de acordo com Cunha (2019), de fronteiras fluidas. E, aqui, a mediação faz uma ponte entre estes universos, o religioso que expõe suas visões para além do templo e adentra, inclusive, na arena política.

Ainda que evangélicos estejam historicamente associados ao espectro político ideológico de direita (Freston 1993), há também espaço para alianças pragmáticas com frentes progressistas (Goldstein 2020), como ocorrida nos dois primeiros mandatos do ex-presidente Lula e o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff. Tal aliança sofre rompimento a partir de 2013, uma vez que neste ano, além dos acontecimentos de junho que causaram ampla queda na aprovação da presidenta Dilma (Singer 2013), o pastor conservador Marco Feliciano assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos, fato que evidencia o conflito de valores entre as agendas progressistas do PT às agendas conservadoras do setor evangélico (Goldstein 2020). A partir desse período a aversão ao petismo e à esquerda passa a orientar de modo crescente o posicionamento político de deputados e lideranças evangélicas, uma vez que se identificam cada vez mais como conservadores (Mariano, Gerardi 2019), consolidando uma chamada direita cristã.

Em 2018, Jair Bolsonaro venceu a eleição à Presidência da República contando com amplo apoio do setor evangélico. Pleito marcado por intensa polarização política, teve o voto evangélico como essencial para o desfecho da disputa, visto que a diferença de votos entre os eleitores evangélicos, no segundo turno, ultrapassou 11,5 milhões a favor de Jair Messias Bolsonaro (Datafolha 2018). Esse número é superior a diferença de votos sobre Fernando Haddad, candidato adversário, que não chegou a 10,8 milhões de votos. Ainda que não seja possível afirmar que apenas a religiosidade definiu a eleição, visto que havia diversos elementos envolvidos, esses dados reforçam o valor do voto evangélico na eleição presidencial de 2018, realizado principalmente por meio de apelos relacionados à moral (Mariano, Gerardi 2019; Goldstein 2020).

A conquista deste apoio se deu também no pleito de 2022<sup>10</sup>, no qual Bolsonaro (62%) apresentava o dobro de intenções de voto sobre Lula (31%) entre os evangélicos, conforme dados do Instituto Datafolha (Folha de S. Paulo 2022). Dados que indicam como este segmento religioso permanece inclinado à parcela conservadora da política. Bolsonaro, ao ser considerado representante dos valores cristãos e capaz de derrotar o petismo, o comunismo, a perseguição aos cristãos e a destruição da família (Mariano, Gerardi 2019), manteve a maior parte deste setor religioso fiel a ele. Nas palavras de

---

<sup>10</sup> Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-lidera-entre-catolicos-e-bolsonaro-entre-evangelicos-no-2o-turno.shtml>

Rosas (Rosas 2023, p. 76), entre os aspectos que levam os evangélicos a se associarem a uma política de extrema-direita, é porque “eles estão se preocupando com a vida, com a manutenção do tradicionalismo e com a liberdade religiosa, ainda que essa última não tenha estado de fato sob ameaça”.

O cenário acima apresentado revela como a religião perpassa os campos midiáticos e políticos. Tal encontro se mostra prolífico em períodos eleitorais, a exemplo de sua proeminência nas disputas presidenciais de 2018 em países latino-americanos, como Brasil, Costa Rica e México (Mariano, Gerardi 2019). Nesta pesquisa, por outro lado, o foco está em sua atuação para além dos meses de campanha eleitoral: interessa-nos verificar como se dá a atuação da mídia noticiosa evangélica, bem como dos deputados evangélicos, no que tange à discussão sobre o PL 2630, verificando se há o encontro da mídia gospel e dos parlamentares numa discussão que perpassa interesses públicos e sociais.

### **PL 2630/2020: BREVE HISTÓRICO SOBRE A DISPUTA DE NARRATIVAS**

Apresentado inicialmente em junho de 2020 pelo senador Alessandro Vieira, o Projeto de Lei (PL) 2630 visa aprovar a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O PL ficou conhecido popularmente por “PL das Fake News” ou “PL da Censura”, a depender do espectro político em que o interlocutor está localizado. A lei tem como objetivo “estabelecer normas, diretrizes e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais, ferramentas de busca e de serviços de mensageria instantânea através da internet, assim como diretrizes para seu uso” (Brasil 2022). Foram diversas as tentativas de que se colocasse o projeto em pauta para votação desde o ano em que foi protocolado, com idas e vindas desde dois de julho de 2020, a partir de propostas de mudanças provenientes de parlamentares de diferentes posicionamentos. Em abril de 2023, sob a relatoria do deputado federal Orlando Silva (PCdoB/SP), o assunto voltou à pauta no Congresso Nacional, na mídia e na sociedade civil. Desta vez com uma versão atualizada e expandida; foram 10 páginas a mais que passaram a englobar não só a questão da desinformação, mas também ampliaram o entendimento de que as redes sociais são empresas que precisam ser transparentes com seus consumidores/usuários. Além disso, a nova versão destaca, em seu artigo 30, que

o cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável das aplicações de internet de que trata esta Lei, incluindo campanhas para evitar a desinformação e para a promoção da transparência sobre conteúdos patrocinados. (Brasil 2022)

Os valores das multas aplicadas com base na Lei seriam destinados ao Ministério da Educação, de modo que sejam empregados exclusivamente na execução de tais obrigações.

Outros pontos, porém, causaram reação direta nas chamadas *big techs*, cujo discurso foi rapidamente comprado pela extrema-direita brasileira sob o viés de restrição da liberdade, como falaremos adiante. Vale destacar que, segundo as regras atuais brasileiras, vigentes enquanto o PL 2630 não é aprovado e estabelecidas no Marco Civil da Internet, as *big techs* não têm responsabilidade pelo conteúdo criado por terceiros e compartilhado em suas plataformas. Dentro desse princípio, as empresas só são obrigadas a excluir conteúdos no Brasil em caso de decisão judicial. Com o novo regulamento, elas precisariam ter mecanismos próprios de verificação e exclusão de conteúdos que ferissem a legislação brasileira de alguma forma, passíveis de punição caso não o façam. Entre eles, pode-se destacar crimes contra o Estado Democrático de Direito; atos de terrorismo e preparatórios de terrorismo; crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação; crimes contra crianças e adolescentes e de incitação à prática de crimes contra crianças e adolescentes; racismo; violência contra a mulher; e infração sanitária, por deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias quando sob situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Schreiber 2023). Essa nova abordagem é inspirada em uma legislação mais dura recentemente adotada pela União Europeia, a Lei dos Serviços Digitais (DSA, na sigla em inglês). Segundo Moraes de Lima e Valente (2020), mundialmente, quando se fala em plataformas digitais,

a defesa da regulação é motivada basicamente por três grandes aspectos: 1) o crescimento do poder desses agentes; 2) os problemas envolvendo esses agentes [...] e a relação assimétrica entre eles e os seus usuários; e 3) a insuficiência dos instrumentos normativos atuais para lidar com esses problemas, para garantir competição e para assegurar direitos e responsabilidades (p. 6)

A possibilidade de mudança na legislação brasileira criou uma forte reação nas *bigtechs*, fazendo com que diversas delas se unissem em torno de um discurso sobre possível censura. A discussão ganhou destaque, porém, quando começou a repercutir nas redes sociais a possibilidade de cerceamento diante de determinados versículos bíblicos, tendo evidência publicação feita pelo então deputado federal Deltan Dallagnol<sup>11</sup>, parlamentar com espaço amplo na mídia tradicional e nas redes sociais. Nele, o congressista citava diversos versículos bíblicos que seriam “banidos” das redes. Versículos estes como Provérbios 13:24, em que se lê “O que não faz uso da vara odeia seu filho, mas o que o ama, desde cedo, o castiga” ou como Timóteo 2:12, onde está escrito “Não permito que a mulher ensine nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio”. Tais versículos não seriam, portanto, banidos por serem previstos no projeto, mas poderiam ser retirados das redes por ferirem a legislação nacional brasileira<sup>12</sup>. Ainda assim, cabe destacar que o texto elaborado pelo relator, deputado Orlando Silva, apresenta um parágrafo que blinda as publicações com conteúdos religiosos das restrições previstas no projeto.

---

<sup>11</sup> Disponível em <https://twitter.com/deltanmd/status/1650628705163640833>

<sup>12</sup> Este é o argumento também utilizado pela apresentadora Daniela Lima, então da CNN Brasil, que recebeu inúmeras críticas de parlamentares conservadores e portais cristãos, como veremos adiante.

O portal de notícias Metr p les publicou posteriormente, em 27 de abril de 2023, que esta informação sobre censura religiosa não partiu dos deputados, mas sim de um *lobby* que inclui as próprias *big techs*, como Facebook, Google e TikTok, a Câmara Brasileira de Economia Digital<sup>13</sup>.

Em 2 de maio de 2023, após o regime de urgência para a colocação em pauta do PL 2630 ser aprovado, a votação em si do Projeto de Lei foi adiada após pedido do relator, diante da falta de acordo e consenso sobre o texto. Em conversa com a imprensa logo após o anúncio do adiamento, o relator Orlando Silva chegou a afirmar

Eu fiz um apelo ao presidente pra retirar de pauta porque considero que, depois da aprovação do regime de urgência, o processo entrou em uma outra fase e [recebeu] muitas propostas de emenda, o que exige que nós tenhamos um pouco mais de tempo pra examinar e produzir um texto mais convergente aqui na Casa<sup>14</sup>

Até a finalização deste artigo, ainda não havia previsão de nova data para a votação do PL2630 no parlamento brasileiro.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de verificar como os portais de notícias gospel e deputados evangélicos abordaram a temática do PL 2630, esta pesquisa selecionou o *corpus* levando em conta sua relevância no meio digital. No caso dos portais, 5 sites foram selecionados: Pleno News, Fuxico Gospel, Gospel Mais, Guiame e Gospel Prime (Tab. 1). A escolha destes sites se deu por apresentarem os maiores alcances em seu segmento, ultrapassando, juntos, 4 milhões de acessos mensais. Estes dados correspondem ao mês de abril de 2023, coletados na plataforma Similarweb.

**Tabela 1.** Portais gospels.

Portais	Acessos 04/2023
Pleno News	2.231.000
Fuxico Gospel	1.352.000
Gospel mais	740.920
GuiaMe	580.201
Gospel Prime	319.185

Fonte: autoras, a partir de dados SimilarWeb.

Relativo aos parlamentares, a partir da classificação do Instituto de Estudos da Religião (ISER 2022) sobre a confessionalidade dos Deputados Federais da 57<sup>a</sup> Legislatura, selecionamos 76 deputados evangélicos e 20 cristãos vinculados à alguma

<sup>13</sup> Ver mais em <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/associacao-de-lobby-que-reune-facebook-google-e-tiktok-espalhou-que-pl-das-fake-news-censura-religiao>

<sup>14</sup> Ver mais em <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/02/votacao-do-pl-das-fake-news-e-adiada-processo-entrou-em-outra-fase-diz-relator>

congregação evangélica, totalizando 96 deputados. Por conseguinte, examinamos suas atuações e números de seguidores na rede social Instagram - esta designada por concentrar o maior número de engajamento no Brasil, como ações e comentários, bem como o maior tempo médio dedicado, quase 15 horas ao mês (Comscore 2022). Entre estes deputados, selecionamos os 10 com maior número de seguidores<sup>15</sup> (Tab. 2): Nikolas Ferreira (PL), Eduardo Bolsonaro (PL), Pastor Marco Feliciano (PL), André Janones (AVANTE), Helio Fernando Barbosa Lopes (PL), Deltan Dallagnol (PODE)<sup>16</sup>, Hattem (NOVO), Kim Kataguiri (UNIÃO), Clarissa Tércio (PP) e Filipe Barros (PL). Somados ostentam mais de 21 milhões de seguidores<sup>17</sup>.

**Tabela 2.** Deputados evangélicos com mais seguidores no Instagram.

Nome de urna	Partido	UF	Seguidores
Nikolas Ferreira	PL	MG	7.700.000
Eduardo Bolsonaro	PL	SP	5.200.000
Pastor Marco Feliciano	PL	SP	2.600.000
André Janones	AVANTE	MG	2.300.000
Helio Fernando Barbosa Lopes	PL	RJ	1.500.000
Deltan Dallagnol	PODE	PR	1.300.000
Marcel Van Hattem	NOVO	RS	1.100.000
Kim Kataguiri	UNIÃO	SP	1.000.000
Clarissa Tércio	PP	PE	838.000
Filipe Barros	PL	PR	662.000

Fonte: autoras a partir de dados ISER (2022) e Instagram (junho/2023).

A partir do mapeamento destes portais e páginas no Instagram, selecionamos os conteúdos por meio das palavras-chave “PL2630”, “PL das Fake News” e “PL da Censura”, durante o período de 21 de abril – data do primeiro comunicado do Google pedindo mais tempo de discussão antes da votação na Câmara - até 22 de maio de 2023, quando as reportagens sobre o tema começam a sumir dos portais após o adiamento da votação, somando um mês de pesquisa. O resultado foi de 73 notícias veiculadas nos portais - coletadas manualmente - e 131 posts nas páginas do Instagram dos deputados - coletados com auxílio da plataforma Apify, somando um corpus de 204 publicações.

Com base na análise de conteúdo (Bauer 2008) e cruzamento simples de variáveis, verificamos o quanto os deputados falaram sobre o PL, bem como quais mais falaram

<sup>15</sup> Marina Silva (REDE), com 691 mil seguidores no Instagram, está na lista do ISER como Deputada Federal evangélica, mas não foi incluída nesta pesquisa por ter sido nomeada Ministra do Meio Ambiente pelo Presidente Lula em janeiro de 2023. Luciene Cavalcante (PSOL-SP) assumiu a vaga como suplente a partir dois de fevereiro de 2023. Logo, para esta análise, foram selecionados apenas deputados ainda no exercício da função parlamentar, com poder de discussão e voto diante do PL.

<sup>16</sup> Dallagnol perdeu o mandato de Deputado Federal em 16 de maio de 2023, após decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele segue na pesquisa porque ainda estava atuante dentro do período analisado, bem como foi um dos deputados mais ativos no que tange à contrariedade ao PL 2630.

<sup>17</sup> Dados coletados em junho de 2023 em suas páginas oficiais no Instagram.

deste tema; classificamos, ainda, as publicações dos deputados e portais nas seguintes variáveis: postura em relação ao PL, se contrária, a favor ou indeterminada; e se as críticas direcionadas ao projeto de lei enfatizavam questões de cunho religioso, a exemplo do já mencionado receio de censura a determinados versículos bíblicos. Incluímos, por fim, nuvens de palavras referentes às publicações dos deputados e portais, como forma de visualizar os termos mais proeminentes em seus conteúdos. Estas foram executadas na plataforma Wordcloud. A partir desses resultados, buscamos compreender como se caracterizam as publicações sobre a regulação das mídias, sob a perspectiva dos portais religiosos e deputados evangélicos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os primeiros achados observados dizem respeito ao quanto os deputados falaram sobre o PL 2630. Neste momento, não fizemos a comparação com os portais, dado que não foi possível quantificar o total de notícias veiculadas no período analisado. De toda forma, optamos por manter os dados das publicações dos parlamentares na rede social Instagram como forma de verificar o peso do tema em seus conteúdos. Os resultados indicam (Tab. 3) que 14% dos posts citavam alguma das palavras-chave buscadas, enquanto o restante dos posts não fala sobre este tema. Observa-se, assim, que ainda que este tenha sido um tema presente em todas as páginas, não foi central aos parlamentares em todo o período.

**Tabela 3.** Quanto os deputados<sup>18</sup> falaram sobre o PL 2630 em suas páginas do Instagram, em comparação com o total de publicações em seus perfis no período analisado

PL 2630	N	%
Ausência	816	86%
Presença	131	14%
Total Geral	947	100%

Fonte: autoras.

A fim de adentrar às especificidades do peso deste tema entre os deputados analisados, consideramos o número de notícias sobre o PL em comparação ao total de publicações veiculadas em suas páginas (Tab. 4). Verificamos, deste modo, que Kim Kataguiri e Marcel van Hattem foram os que mais publicaram conteúdos sobre o PL, 28 e 48 posts, respectivamente. Ao focalizar no total proporcional, destacaram-se Deltan Dallagnol, concentrando este tema em 20% de suas publicações, e, novamente, Marcel van Hattem, com 34% de seus posts discutindo o PL.

Entre as publicações, podemos destacar o conteúdo em que Kim Kataguiri afirma “As Big Techs estão sendo CENSURADAS! Elas oficialmente não podem reclamar de um projeto de lei que as prejudica”<sup>19</sup>. Na mesma vertente crítica, Dallagnol diz “Nossos

<sup>18</sup> São eles os já citados Nikolas Ferreira (PL), Eduardo Bolsonaro (PL), Pastor Marco Feliciano (PL), André Janones (AVANTE), Helio Fernando Barbosa Lopes (PL), Deltan Dallagnol (PODE), Marcel Van Hattem (NOVO), Kim Kataguiri (UNIÃO), Clarissa Tércio (PP) e Filipe Barros (PL)

<sup>19</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/p/CsJ-eptOGVG/>

vizinhos hoje, sentem na pele aquilo que parecia inofensivo. Brasil abra os olhos! Caso o PL da Censura seja aprovado, nós seremos os próximos a perder a nossa liberdade de nos manifestar, e viver a Censura por aqui”<sup>20</sup>. A imagem que acompanha o texto traz recortes de notícias sobre censura em países como Venezuela, Nicarágua, China, Bolívia e Cuba - remetendo o projeto a uma suposta ditadura comunista, receio entre parte dos evangélicos e reiterado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (Mariano, Gerardi 2019), forte aliado deste segmento religioso nos pleitos de 2018 e 2022. Estes posts exemplificam, ainda, de que forma esses deputados atuaram em relação ao PL, unidos num discurso de caráter majoritariamente combativo, interseccionando a defesa das *big techs* ao pânico da censura.

**Tabela 4.** Posts no Instagram - comparação entre o total de publicações de cada deputado e os referentes ao PL 2630<sup>21</sup>

Deputado	Ausência		Presença		Total
	N	%	N	%	
André Janones	91	99%	1	1%	92
Clarissa Tércio	51	88%	7	12%	58
Deltan Dallagnol	64	80%	16	20%	80
Eduardo Bolsonaro	99	86%	16	14%	115
Filipe Barros	29	85%	5	15%	34
Helio Lopes	138	96%	6	4%	144
Kim Kataguiri	144	84%	28	16%	172
Marcel van Hattem	92	66%	48	34%	140
Marco Feliciano	95	97%	3	3%	98
Nikolas Ferreira	12	92%	1	8%	13
Total Geral	816		131		947

Fonte: autoras.

Ao focalizar nas comparações entre as posturas em relação ao PL, entre os deputados e os portais (Tab. 5), constatamos que ambos optam por posições notadamente adversas ao projeto. No entanto, é saliente o quanto esta contrariedade é maior nas publicações dos parlamentares, com 97% dos posts contrários ao PL, tal como as publicações acima mencionadas. Entre os portais, com 70% de notícias contrárias, estas incluem, por exemplo, divulgações da orientação de votos da FPE que é contrária ao PL<sup>22</sup>, bem como publicações em defesa do Google e Telegram em seus combates ao projeto<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/p/CsAC5rJMCsf/>

<sup>21</sup> Aqui foram analisados todos os posts destes parlamentares no período pesquisado sob a ótica de ausência e presença, em que ausência se refere a posts que não citam o PL2630 e presença faz referência às publicações em que o PL foi o foco.

<sup>22</sup> Ver em: <https://www.gospelprime.com.br/frente-parlamentar-evangelica-orienta-voto-contrario-ao-pl-da-censura/>

<sup>23</sup> Ver em: <https://noticias.gospelmais.com.br/google-posiciona-contra-pl-da-censura-161717.html>; <https://pleno.news/brasil/politica-nacional/comunista-relator-do-pl-da-censura-dispara-contra-big-techs.html>

Entre os conteúdos a favor, apenas um deputado o fez: André Janones. Seu *post* diz “PL 2630 JÁ!” e traz *print* de *tweet* do próprio deputado relatando que o programa Fantástico veiculou uma matéria sobre o crescimento de grupos nazistas por meio de redes sociais, ocasionando em violência nas escolas. Ele ainda diz “isso que o Bolsonarismo defende, pois não querem a PL da Fake News”<sup>24</sup>. Esta publicação mostra que a defesa do projeto se dá a partir de uma crítica àqueles que defendem o ex-presidente Bolsonaro, salientando uma disputa política - e não religiosa - no que tange à aprovação da regulamentação das plataformas. Este único *post* a favor do PL<sup>25</sup> indica também a força e organização dos deputados da oposição, alinhados na crítica e enfáticos em suas repetições.

**Tabela 5.** Postura em relação ao PL 2630

Postura em relação ao PL	Deputados		Portais	
	N	%	N	%
Contrária	127	97%	51	70%
Indeterminada	3	2%	18	25%
A favor	1	1%	4	5%
Total Geral	131	100%	73	100%

Fonte: autoras.

Relativo aos portais, as defesas do PL, ainda que veiculadas numa quantidade bem menos frequente que as críticas, destacavam o apoio do deputado federal Cezinha de Madureira, pastor da Igreja Assembleia de Deus e membro da FPE, contrariando a posição sugerida pela frente parlamentar. O deputado-pastor afirmou ter ele mesmo ajudado a construir o texto do projeto<sup>26</sup>, tentando diminuir a hostilidade dos parlamentares religiosos frente ao projeto. Outro exemplo de defesa está em notícia sobre a afirmação do Ministro da Justiça, Flávio Dino, de que “Só teremos escolas seguras com regulação da internet”. Dino complementa que isso é essencial para o combate à violência nas escolas - indo ao encontro da defesa exposta pelo deputado André Janones. Vemos, assim, que enquanto as críticas enveredam por receio de censura, as defesas, por mínimas que sejam, englobam o aspecto de segurança e contra a violência entre crianças e adolescentes.

Estes dados revelam como os deputados foram mais enfáticos às críticas que os portais, assim como esta visão oposta ao PL foi também a mais priorizada nas notícias veiculadas. Reflexo, inclusive, da postura oficial da Frente Parlamentar Evangélica contrária ao PL.

Com o intuito de verificar se houve ênfase em questões religiosas nas críticas direcionadas ao projeto, atentamo-nos à presença e ausência deste tema entre as publicações (Tab. 6). Os resultados indicam que a pauta religiosa não foi central nas críticas em nenhum dos grupos, especialmente entre os deputados, visto que apenas

<sup>24</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/p/Crrvw3JMSYm/>

<sup>25</sup> É possível que existam outros conteúdos do deputado sem incluir as palavras-chave pesquisadas, porém, dentro do recorte desta pesquisa, apenas este único *post* é contabilizado.

<sup>26</sup> Ver em: <https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-ad-madureira-defende-pl-da-censura-162162.html>

2% de seus conteúdos destacam o viés religioso. Em sua maioria, os conteúdos tinham como foco questões relacionadas à defesa das plataformas e acusações de censura. Na perspectiva religiosa, entre os poucos casos que se destacaram, está a publicação do então deputado Deltan Dallagnol sobre os versículos e a censura da fé, relatada no início deste artigo. Tal publicação conquistou visibilidade na mídia religiosa aqui analisada, como visto nos portais Guiame<sup>27</sup> e Gospel Prime<sup>28</sup> sobre o “alerta” do deputado. Este caso mostra que embora a religião não tenha sido central nas críticas dos portais e dos deputados evangélicos, ela conquista uma centralidade que entrecruza o conteúdo veiculado nos dois grupos aqui analisados.

Nas demais publicações, sem falar sobre religião, uma das queixas recorrentes é sobre o suposto ataque à liberdade de expressão, tal como propagado em vídeos veiculados pelos deputados Helio Lopes e Marcel van Hattem. Lopes afirma que o “PL quer tirar a liberdade do povo brasileiro”, complementa assegurando que “somos um país livre, quem abrir mão da liberdade pela segurança, vai perder a liberdade e a segurança. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”<sup>29</sup>. Na mesma linha, van Hattem diz que o PL seria o “fim da liberdade de expressão do cidadão em relação ao governo, às autoridades”. Bem como “a censura nunca foi feita para combater as mentiras, sempre foi imposta pelo governo para oprimir a oposição quando ela diz a verdade”<sup>30</sup>.

A mensagem de van Hattem reforça uma postura contrária ao governo Lula, acusando-o de modo indireto de opressão. Enquanto Lopes deixa claro o discurso contrário aos de Dino e Janones, que enfatizaram a segurança das crianças e adolescentes, pois declara que em nome da segurança perderão também a liberdade. Complementa ainda com o slogan da campanha de 2018 de Bolsonaro “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, o que serve para associá-lo ao ex-presidente, bem como traz o nome de Deus para seu discurso, aproximando-o do discurso religioso conservador que une parcela da extrema-direita brasileira. Aqui vemos um embate de quem é pró-governo e a favor do PL - na figura de Lula, e pró-oposição e contra o PL - na figura de Bolsonaro. Recordase que a associação dos evangélicos ao ex-presidente foi notável, assim como a oposição a Lula e à esquerda (Goldstein 2020; Guadalupe 2019). Constata-se, a partir deste recorte, que tal associação mantém-se ainda presente, indo além do período eleitoral, visível na discussão de políticas públicas no parlamento.

Tais dados reforçam como os deputados evangélicos evitam focar exclusivamente na pauta religiosa. A disputa política é priorizada e suas preferências e inimizades estão expostas na oposição massiva ao PL 2630. Enquanto isso, os portais, até mesmo pela característica de serem agregadores de notícias com foco no público religioso, falam de política, mas entremeiam a religião nesta pauta. Cenário que vai ao encontro do perfil do evangélico que intersecciona sua produção e consumo de conteúdos (Sousa

---

<sup>27</sup> Ver em: <https://guiame.com.br/gospel/noticias/pl-das-fake-news-pode-censurar-versiculos-da-biblia-alerta-dallagnol.html>

<sup>28</sup> Ver em: <https://www.gospelprime.com.br/pl-da-censura-pode-banir-versiculos-da-internet-alerta-dallagnol/>

<sup>29</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/p/Crwwg9nlvOav/>

<sup>30</sup> Ver em: [https://www.instagram.com/p/Cr1nG\\_ytR4i/](https://www.instagram.com/p/Cr1nG_ytR4i/)

2021): eles estão na mídia atentos aos debates políticos e vieses para além do puramente religioso.

**Tabela 6.** Presença ou ausência de assuntos religiosos entre as críticas ao PL

Temas religiosos	Deputados		Portais	
	N	%	N	%
Ausência	123	98%	34	64%
Presença	3	2%	19	36%
Total Geral	126	100%	53	100%

Fonte: autoras

Com o objetivo de aprofundar a compreensão destas comunicações, assim como visualizar de modo claro as palavras mais usadas pelos portais e deputados em seus conteúdos sobre o PL 2630, criamos duas nuvens de palavras, uma com as publicações veiculadas no Instagram pelos deputados e outra com os títulos das matérias veiculadas pelos portais.

Ao atentarmos aos portais (Fig. 1), constatamos que a palavra “censura” foi a mais mencionada. Importante ressaltar que o uso desta palavra vai ao encontro de como as *big techs* optaram por se referir ao PL 2630. Como exposto anteriormente no tópico sobre o PL 2630, as plataformas associavam a votação do PL a colocar a democracia brasileira em risco, concedendo poderes de censura ao governo<sup>31</sup>. Em seguida, verificamos também destaque à palavra “fake”, com uma tonalidade mais clara o que indica que mesmo tendo aparecido com elevada frequência, teve menos ênfase que “censura”. O destaque destas duas palavras indica como ao falar de censura, por vezes falava-se também de fake news, termos que se relacionam a como o projeto ficou conhecido: “PL da censura” pelos opositores e “PL das fake news” pelos defensores. Tais constatações mostram que os portais procuraram, em certa medida, equilibrar as formas de identificação do PL, agregando a nomenclatura de grupos antagônicos<sup>32</sup>.

Outras palavras proeminentes foram “Google”, “Telegram” e “redes”, reforçando o fato de que os portais deram visibilidade às críticas destas empresas à regulamentação das plataformas. Complementa-se, ainda, a evidência aos termos “alerta”, “versículos”, “evangélica” e “Daniela”. Estes se relacionam à publicação do então deputado Deltan Dallagnol sobre a suposta censura que publicações com determinados versículos bíblicos sofreriam. A fala da jornalista Daniela Lima<sup>33</sup>, então integrante da bancada da CNN Brasil e já mencionada nesta pesquisa, repercutiu na mídia gospel como forma de alerta aos fiéis sobre a aprovação do projeto. Tais palavras deixam clara a preocupação com a censura, interseccionando a desaprovação das plataformas às apreensões religiosas.

<sup>31</sup> Ver em: <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-da-mensagem-do-telegram-criticando-o-pl-das-fake-news/>

<sup>32</sup> Ver em: <https://pleno.news/brasil/politica-nacional/google-brasil-traz-alerta-ao-pl-da-censura-em-sua-pagina.html>; <https://noticias.gospelmais.com.br/google-posiciona-contra-pl-da-censura-161717.html>

<sup>33</sup> Ver em: <https://www.fuxicogospel.com.br/2023/05/jornalista-diz-que-trechos-da-biblia-podem-caracterizar-racismo-e-homofobia.html>



“Contra”, “liberdade” e “expressão” formam outro conjunto de termos enfatizados pelos parlamentares. Complementando o receio de uma ditadura em curso, os deputados dizem defender a liberdade de expressão, por isso são opositores ao PL. Liberdade religiosa pouco apareceu, apenas em conteúdos pontuais como de Clarissa Tércio anunciando “Brasil contra censura, a favor da liberdade religiosa e de expressão”<sup>35</sup>. A liberdade religiosa, que conforme afirma Rosas (2023) não sofre uma verdadeira ameaça, retorna na discussão do PL de forma sucinta; sua discussão encontra-se presente majoritariamente sob o guarda-chuva da “liberdade de expressão”.

Outros termos em destaque são: “Moraes”, “Lula”, “governo” e “ditadura”, concomitantes ao discurso de um suposto autoritarismo corrente, encabeçado pelo governo federal, tendo o presidente Lula à frente, assim como o ministro do STF, Alexandre de Moraes<sup>36</sup>. A atuação do grupo evangélico aqui analisado, no que tange ao PL, se associa ao antipetismo crescente desde 2013 (Mariano, Gerardi 2019). Para além de uma preocupação religiosa, é antipetista, sob a justificativa de uma censura em curso pelo atual governo.

Os resultados acima apresentados revelam que embora a atuação dos portais e dos deputados evangélicos tenham similaridades, como a maioria de suas publicações contendo uma postura contrária ao PL 2630, incluem distinções na ênfase dada a tais críticas. Num contexto de religião pública (Cunha 2019), em que observamos o entrecruzamento de portais gospels e políticos evangélicos discutindo projetos de lei, poderíamos esperar um discurso religioso com maior afinco entre seus conteúdos, porém este apareceu de modo pontual. O posicionamento contrário ao atual governo, destacado entre os deputados, conecta-se mais ao evangélico alinhado à extrema-direita, que apoiou Bolsonaro numa aliança de visão comum, do que ao evangélico pragmático que atuou junto a Lula em seus dois primeiros mandatos (Goldstein 2020).

Recorda-se que a presença dos evangélicos no Congresso Nacional ocorre desde a redemocratização (Mariano 2011) e eles seguem ampliando sua frente parlamentar e sua relevância na esfera pública. A FPE, inclusive, é mencionada em notícias veiculadas pelos portais<sup>37</sup> e em posts no Instagram dos deputados, que aparecem por vezes na presença de Eli Borges<sup>38</sup>, presidente da FPE, expressando como buscam uma organização na votação do projeto, tornando este um grupo estratégico para discussões sobre possíveis emendas ao projeto, a fim de torná-lo passível de aprovação.

---

<sup>35</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/p/CrwsHy2ur-8/>

<sup>36</sup> Ver em: [https://www.instagram.com/p/CsKds\\_zooJh/](https://www.instagram.com/p/CsKds_zooJh/); [https://www.instagram.com/p/Cr1Gv\\_gPv4Y/](https://www.instagram.com/p/Cr1Gv_gPv4Y/);  
<https://www.instagram.com/p/Cr1It2pu1L/>

<sup>37</sup> Ver em:

<https://pleno.news/brasil/politica-nacional/bancada-evangelica-orienta-voto-contrario-ao-pl-da-censura.html>

<sup>38</sup> Ver em: [https://www.instagram.com/p/CrwBTySJ\\_k4/](https://www.instagram.com/p/CrwBTySJ_k4/)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das evidências apresentadas ao longo da análise teórica desta pesquisa, entendemos que o segmento cristão evangélico compreende o uso da mídia, em suas mais variadas formas, como um importante campo de atuação. Primeiramente, de evangelização, mas também de formação política, aqui entendendo o termo a partir de um amplo espectro que inclui visão de mundo e o agir na sociedade. Coexistindo com a participação midiática e usufruindo dos canais proporcionados por ela, a participação político partidária do cristianismo evangélico mostra suas caras - e força - a partir da sua crescente atuação nas arenas públicas da sociedade.

A partir deste entendimento, o presente trabalho partiu de dois questionamentos, buscando compreender se o debate dos parlamentares e da mídia foi uníssono sob o viés do medo de uma possível censura a versículos bíblicos ou se estaria atravessado por uma disputa política, dado que parcela dos evangélicos nos últimos pleitos se associaram ao espectro da extrema-direita na política (Rosas 2023).

Os resultados encontrados revelam que os deputados foram mais enfáticos que os portais nas críticas ao PL 2630. Apesar da diferença na ênfase dada à questão, é possível perceber um alinhamento do grupo evangélico nas críticas ao PL e nos argumentos contrários a sua votação. Destaca-se, ainda, uma crítica ao governo corrente como principal argumento para justificar a contrariedade ao PL, principalmente por parte dos deputados. Tais aspectos levaram em conta questões relacionadas à defesa das plataformas e acusações de censura.

O fato destes deputados evangélicos evitarem focar exclusivamente na pauta religiosa pode ser compreendido, em certa medida, numa tentativa de embasar seus argumentos em dados - mesmo que por vezes de fontes questionáveis - e não na fé, buscando, assim, abarcar um público conservador mais amplo, para além do credo. Dito isto, quando falamos dos parlamentares, a presente análise confirma que a questão política é priorizada; suas preferências e inimizades estão expostas na oposição massiva ao PL 2630. Nos portais, a ênfase religiosa ao defender a contrariedade do projeto de lei somava 36%, bem mais contundente do que os apenas 2% relacionados aos deputados, mas ainda assim estando presente na minoria das reportagens analisadas.

Por fim, sublinha-se que não é objetivo desta pesquisa atestar se o PL 2630 é satisfatório ou deficiente, nem se está pronto para ser votado ou não. Mas sim visualizar de que forma ele foi apresentado pela parcela dos deputados evangélicos com mais seguidores no Instagram, assim como pelos portais evangélicos com maior número de acessos.

## REFERÊNCIAS

ANCINE, 2017. *TV Aberta – Informe Anual 2016*. Online. Disponível em : [https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/televisao/pdf/informe\\_tvaberta\\_2016.pdf](https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/televisao/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf)

- BAUER, Martin W., 2008. Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. In : *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. Petrópolis : Vozes. ISBN 8532627277, 9788532627278.
- BELLOTTI, Karina Kosicki, 2018. Desafios Teóricos Para Os Estudos De Religião, Mídia E Cultura Na Contemporaneidade. *Espaço e Cultura*. No. 43, pp. 5–20. DOI 10.12957/espacoecultura.2018.46775.
- BOAS, Taylor C., 2020. The Electoral Representation of Evangelicals in Latin America. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. No. February, pp. 1–26. DOI 10.1093/acrefore/9780190228637.013.1748.
- BRASIL, 2022. *Projeto de Lei nº 2630/2020. SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.630, DE 2020* . Online. Brasília : Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2022/03/fake.pdf>
- COMSCORE, 2022. *Tendências de Social Media 2023* . Online. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/03/Tendencias-de-Social-Media-2023-1.pdf>
- CUNHA, Magali Do Nascimento, 2019. Os processos de midiaticização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. *Revista FAMECOS*. Vol. 26, no. 1, p. 30691. DOI 10.15448/1980-3729.2019.1.30691.
- DATAFOLHA, 2018. Eleições 2018. . Online. 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf> [accessed 12 July 2020].
- FOLHA DE S. PAULO, 2022. Datafolha: Lula lidera entre católicos e Bolsonaro, entre evangélicos no 2º turno. . Online. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-lidera-entre-catolicos-e-bolsonaro-entre-evangelicos-no-2o-turno.shtml#:~:text=O petista tem 55%25 contra,índice do eleitorado em geral.>
- FRESTON, Paul, 1993. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. . Universidade Estadual de Campinas.
- GOLDSTEIN, Ariel Alejandro, 2020. *Poder evangélico: Cómo los grupos religiosos están copando la política en América*. 1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Marea.
- GUADALUPE, José Luis Pérez, 2019. *Evangelicals and Political Power in Latin America*. 1. Lima : Konrad Adenaur Stiftung e Institute of Social Christian Studies of Peru.
- HOORNAERT, Eduardo, 1984. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. 2. São Paulo : Editora Brasiliense S.A.
- ISER, 2022. *Pesquisa do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados* . Online. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>
- MARIANO, Ricardo, 2008. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. *Revista de Estudos da Religião* . Online. pp. 68–95. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_mariano.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf)

- MARIANO, Ricardo, 2011. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Vol. 11, no. 2, pp. 238–258. DOI 10.15448/1984-7289.2011.2.9647.
- MARIANO, Ricardo, 2014. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. São Paulo : Edições Loyola.
- MARIANO, Ricardo e GERARDI, Dirceu André, 2019. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*. No. 120, pp. 61–76. DOI 10.11606/issn.2316-9036.voi120p61-76.
- MARTINO, Luís Mauro Sá, 2015. A mediatização do campo religioso: esboço de uma síntese possível. *Comunicação & Informação*. Vol. 18, no. 2, pp. 6–21. DOI 10.5216/36190.
- MARTINS, Allysson Viana e RIVERO, Thaís, 2019. Da TV à internet, dos televangelistas aos youtubers: apontamentos sobre canais evangélicos no YouTube. In : *III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais*, pp. 1–17. . 2019.
- MORAES DE LIMA, Marcos Francisco Urupá e VALENTE, Jonas Chagas Lucio, 2020. Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. *Liinc em Revista*. Vol. 16, no. 1. DOI 10.18617/liinc.v16i1.5100.
- PEW RESEARCH CENTER, 2014. Religion in Latin America. . Online. 2014. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2014/11/13/religion-in-latin-america/> [accessed 23 February 2021].
- PRANDI, Reginaldo, SANTOS, Renan William dos and BONATO, Massimo, 2019. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*. No. 120, pp. 43–60.
- RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo e CERVI, Emerson Urizzi, 2019. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. *Latin American Research Review*. Vol. 54, no. 3, pp. 560–573. DOI 10.25222/larr.449.
- ROSAS, Nina, 2023. Notas sobre evangélicos, política e gênero a partir das eleições de 2022. *Debates do NER*. No. 42, pp. 65–82. DOI 10.22456/1982-8136.130797.
- SCHREIBER, Mariana, 2023. 5 pontos polêmicos do PL das Fake News. *BBC Brasil* . Online. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyeyxje7r9go>
- SIEPIERSKI, Paulo D, 1997. Pós-Pentecostalismo e Política no Brasil. *Estudos Teológicos*. Vol. 37, p. p.47-61.
- SILVA, Luis Gustavo Teixeira Da, 2017. Religião e política no Brasil. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Vol. 64, no. 64, p. 223. DOI 10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56799.
- SINGER, Andre, 2013. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*. No. 97.
- SOUSA, Marco Túlio, 2021. Igreja eletrônica, religiosidade midiática, religiosidade mediatizada: Conceitos para pensar as relações entre mídia e religião. *Matrizes*. Vol. 15, no. 1, pp. 1–24.